



**Ata da 2^a Reunião Extraordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente –
Consema de 31 de maio de 1985.**

Aos 31 dias do mês de maio de 1985 foi realizada, no Salão dos Pratos do Palácio dos Bandeirantes, a 2^a. Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Consema, de cuja pauta constou os seguintes itens: 1) Propostas da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente para a Barragem do Valo Grande e ponte de Iguape à Ilha Comprida; 2) Avaliação dos trabalhos do Consema; 3) Diversos. Participaram os seguintes membros: **Dr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário Executivo do Consema; Dr. Clóvis Carvalho, Dra. Stela Goldenstein Carvalhaes, Dr. Mário Laranjeira de Mendonça, da Secretaria de Economia e Planejamento; Dr. Antonio Carlos de Macedo, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Dr. Júlio Petenucci e Dr. Ícaro Aranovitch Cunha, da Secretaria de Obras e do Meio Ambiente; Dr. Martinus Filet, da Secretaria do Interior; Dr. Rafael Kertzman, da Secretaria dos Negócios Metropolitanos; Dr. João Carlos Pimenta, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-Cetesb; Dr. Jorgino Nogueira Neto e Dr. José Francisco Guerra da Silva, da Companhia Energética de São Paulo-CESP; Dr. Miguel Fernando Von Behr, da Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA; Dr. Antonio Augusto Mello de Camargo Ferraz, da Procuradoria Geral da Justiça; Dr. Elpídio Ribeiro dos Santos Filho, do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos; Dr. Mauro Antonio de Moraes Victor; Dr. Gastão Gonçalves da Silva; Dr. Paulo Isnard Ribeiro de Almeida; Dr. Fernando Vitor de Araújo Alves; Dr. Sérgio Dialetachi; Dr. Antonio Carlos Sarti; Dr. Osíris Monteiro Blanco.** 1) Dr. José Pedro: abrindo a reunião solicitou aos Conselheiros que indicassem por escrito três méritos do Conselho e três falhas, a serem discutidos após exposição sobre o Valo Grande. Solicitou também opinião de todos quanto ao processo de indicação dos representantes da sociedade civil. Dr. Gastão: propôs que a sociedade civil tenha o mesmo número de representantes que os órgãos do Governo, passando para dez membros, sendo cinco escolhidos pelas entidades ambientalistas. Dr. José Pedro: esclareceu que o que está em pauta é a forma de fazermos que a representatividade da sociedade civil seja mais ampla possível; e que essa preocupação foi levada ao Governador. Dr. Sarti: ponderou quanto a continuidade de representação das entidades ambientalistas no Consema, explicando que a tendência é que haja brevemente uma Assembléia de que todas as entidades ambientalistas do Estado participem, de modo que a representação seja a mais fiel a todas. Todos aprovaram a forma de indicação de representantes. Dr. Gastão: propôs que as entidades ambientalistas tenham seu espaço no Conselho, independente de quererem ou não dele participar; que o Governador escolha entre os nomes indicados pelas entidades, e que divida o Estado em regiões. Dr. José Pedro: esclareceu que a minuta de lei que altera a competência do Conselho poderá ser encaminhada à Assembléia antes do recesso parlamentar, podendo as entidades ambientalistas participar da discussão. Dr. Elpídio: ponderou sobre a representatividade dos Sindicatos Urbanos na minuta de lei, propondo indicação de dois membros com suplentes. Colocadas em votação as propostas apresentadas: 1) que cinco membros do Consema sejam representantes das entidades ambientalistas, e indicados pelas entidades. Todos aprovaram. 2) que a representatividade das entidades ambientalistas seja feita por regiões. Reprovada. Dr. Elpídio: solicitou ao Secretário Executivo do Consema que solicite rapidamente providências com relação ao saneamento que deverá ser feito na Praia Grande, e que está aguardando decisão do BNH. Dr. José Pedro: esclareceu que é uma das prioridades da Política Estadual do Meio Ambiente, e solicitará à SOMA para que verifique a melhor forma para viabilizar a liberação desses recursos. Dr. Ícaro: propôs moção a respeito. Todos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

aprovaram. Dr. Macedo: solicitou ao Consema que novamente encaminhe à Cetesb pedido para que não continue aprovando os loteamentos sem consultar a SAA. Dr. Mauro Victor: relatou sobre o documento rotulado confidencial, referente denúncia feita na reunião passada, o qual foi desmentido e taxado de escandaloso por alguns Conselheiros. O assunto está tomando rumos sérios e a OAB, através de sua comissão de direitos humanos, sub-comissão de meio ambiente está apurando a responsabilidade funcional dos que omitiram o documento. Dr. José Pedro: esclareceu que a Secretaria Executiva encaminhará a todos os membros do Consema xerox do documento. Na reunião passada foi dito pelo representante da SEP que o documento foi distribuído à SAA e aos membros do grupo que cuida dos trabalhos de Cubatão. 1) Propostas da SOMA para a Barragem do Valo Grande e ponte de Iguape à Ilha Comprida. Dr.: José Pedro: relatou a aspiração da população de Iguape em dar continuidade à construção da ponte. A Ilha tem um ecossistema extremamente frágil cuja manutenção poderá ser ameaçada. É necessário que se faça um Plano Diretor para a Ilha antes do término da ponte, para evitar a especulação imobiliária, e o Secretário da SOMA pediu ao Consema ponderar sobre o assunto. Dr. Paulo Isnard: ponderou o custo da obra. Dra. Stela esclareceu que é preciso ter instrumentos para implementar o Plano Diretor para a Ilha, pois sem ele essa região será fatalmente destruída. Dr. Paulo Isnard: considera o assunto não prioritário para a SOMA, que está repassando o problema para o Consema. Dr. Martinus: a Sudelpa desenvolveu um diagnóstico e analisou o problema sobre todos os aspectos, concluindo que as Prefeituras deveriam constituir comissões de regularização de loteamentos baseadas em um plano que precisa ser elaborado. Dr. Ícaro: esclareceu que a consultada SOMA ao Consema é no sentido de se considerar parâmetros ambientais, para definição da postura da Secretaria quanto a ação dos outros órgãos e quanto ao seu apoio. Dr. José Pedro: propôs recomendar ao Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Iguape, Órgãos Federais e à SOMA, que sejam desenvolvidos esforços em todos os níveis para que o Plano Diretor da Ilha seja definido e implementado, e que a ponte não seja concluída antes disso. Todos aprovaram. Colocou em votação a representatividade dos Sindicatos Urbanos no Consema passando para dois membros. Todos aprovaram. Dr. Júlio Petenucci: fez exposição sobre a proposta da SOMA para a Barragem do Valo Grande, cuja abertura trouxe problemas gravíssimos para Iguape e para o Mar Pequeno. Em 1978 o Governo pressionado pela população construiu a Barragem. Em 1980 o DAEE fez estudos para alterar a obra, propondo comportas que não foram implantadas por falta de verba. Após as precipitações de 1981, 1982 e 1983 que provocaram o galgamento da Barragem, o DAEE estudou uma série de soluções para resolvê-la questão, propondo um plano geral de obras que trará a solução para o problema. Em 1983 foi apresentada ao Conselho a solução emergencial que seria o rebaixamento da Barragem à cota-1. O DAEE aprofundou os estudos e fez alterações que seriam a colocação de 18 comportas com 9 m de largura na cota-1,40, proporcionando uma vazão de 1.400 m³/s. As inundações são provocadas pelas águas que vêm das cabeceiras dos rios, e se não forem feitas barras de acomodação para disciplinar essas águas nunca teremos a solução para o baixo Ribeira. Conclusão dos estudos: a Barragem tem grande influência nas inundações do baixo Ribeira; a solução definitiva para o problema de inundações depende da implantação de obras de controle de cheias a montante e obras localizadas junto a Barragem do Valo Grande. Para manter a situação atual é necessário o alteamento da crista e da ombreira ou a retificação total e fixação da barra. O representante dos agricultores no Ceeiguap vê duas alternativas: demolir a Barragem ou a desapropriação. O DAEE estima para a desapropriação e alteamento da Barragem 12 milhões de dólares, o que se não for feito implicará em retificar e fixar a barra do Ribeira, ficando essa solução em torno de 250 milhões de dólares. A solução com comportas custará 10,12 milhões de dólares e o

Pág 2 de 5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

canal lateral 11,7 milhões de dólares. O plano do DAEE envolve obras de polderização e de infra-estrutura em áreas não inundáveis. Dr. Fernando Victor: perguntou se nas obras previstas estão incluídas a reversão do Juquiá para a represa do Guarapiranga, orçada há cinco anos em 2 bilhões de dólares, e se está incluído projeto de usina reversível, ou apenas barragens para contenção de cheias. Dr. Júlio Petenucci: nos custos apresentados não está incluída a reversão do Rio Juquiá. Dr. Fernando Vitor: os planos apresentados anteriormente foram desenvolvidos sem objetivo prático, e os mananciais da Grande São Paulo continuam a ser degradados. Dr. Osíris: perguntou se o plano apresentado foi em função de um estudo adequado de impacto ecológico. Dr. Júlio Petenucci: foi introduzido no plano a noção de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, a contenção de cheias e irrigação das terras do Vale. Dr. Fernando Vitor: perguntou se o governo irá punir os que fomentaram e conceberam o sistema Cantareira, que acabou de ser construído e já se pede sua desativação. Dr. Júlio Petenucci: o DAEE dividiu a implantação das obras propostas em curto, médio e longo prazo. A curto prazo obras de alteração na Barragem e de complementação do Polder Registro 1, para atenuar os efeitos das inundações no baixo Ribeira; eliminar inundações na área urbana de Iguape; diminuir riscos de instabilidade da Barragem; minimizar os efeitos de descarga de água doce no Mar Pequeno; manter o acesso rodoviário do bairro Rocio à Iguape. A médio e longo prazo, as obras de barramento a montante, obras de polderização e obras de infra-estrutura em áreas não inundáveis. A SOMA e o DAEE apontam como melhor solução a colocação de comportas na cota-1,40m, com ponte para o bairro do Rocio e clausa intermitente. Recomendações: a) prosseguimento de levantamentos topobatimétricos, principalmente no baixo Ribeira e Mar Pequeno; b) realização de estudos para definição hidráulico/hidrológica do Rio Ribeira de Iguape, levando-se em consideração os efeitos dos barramentos e da polderização; c) realização de estudos de comportamento ecológico e dinâmico do Mar Pequeno; d) instalação de uma base ecológica no Mar Pequeno; e) atualização dos dados sócio-econômicos e compatibilização das obras planejadas com os demais recursos naturais. Dr. Macedo: pelos números de custo apresentados e pela situação da área a melhor solução para região é uma oferta de compra das áreas dos agricultores prejudicados e o fechamento definitivo, aumentando a crista da Barragem. Dr. Clóvis Carvalho: a Secretaria de Planejamento considera que todo problema do Vale Grande e do baixo Ribeira se insere na problemática sócio-econômica do Vale. Neste sentido estão se desenvolvendo estudos para um Plano Diretor de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, no qual já existe um primeiro programa de regularização fundiária; este plano está sob coordenação do Dr. Plínio de Arruda Sampaio. Engº Mário Laranjeira: o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale volta-se para a melhoria da condição devida dos habitantes e o aumento da produção para o Estado como um todo. Está concluído o termo de referência dos estudos necessários para os próximos cinco meses e um programa de ação imediata para o problema fundiário que deverá ter prazo de 2 anos e regularizará 10 mil títulos de propriedade. O Plano Diretor abrange seis itens principais: 1) zoneamento do uso do solo; 2) programa de conservação de recursos naturais da região; 3) potencial econômico da região; 4) análise de impacto sócio-econômico e ambiental incluindo o impacto das enchentes sem obras; o impacto da execução das obras; a barragem do Vale e seus efeitos; os efeitos das obras de polderização e das duas obras das barragens a montante, bem como a definição do estudo ecológico do Mar Pequeno e entrada de água doce nesse sistema; 5) programa de apoio aos pequenos agricultores; 6) programa de agricultura na várzea. Dr. Macedo: o aproveitamento das várzeas tem sido extremamente difícil e os investimentos extremamente elevados. São áreas de altíssimo potencial, mas necessitam de investimentos altos e tecnologia de uso muito difícil. Dr. Clóvis: a

Pág 3 de 5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

posição da SEP é de que a definição das propriedades deve conciliar dois aspectos: 1) custo e disponibilidade de recursos; 2) a solução técnica ou integrada definitiva à toda problemática da região. Esses recursos estão sendo garantidos na linha do Plano Diretor do Desenvolvimento do Vale do Ribeira. Dr. Gastão: registrou sua posição no sentido de que a Barragem não deve ser mexida, deve ser aumentada, o Valo Grande deve ser aterrado se for o caso, abrindo uma área para Prefeitura lotear. O caminho para solução definitiva é a retomada da vocação natural da várzea, a retomada da calha natural do Rio Ribeira, o reflorestamento e deve-se fazer indenização ou oferta de compra das terras inundáveis. Dr. Mauro Victor: retomou a idéia colocada pelo Dr. Fernando Vitor sobre a obsolescência do Sistema Cantareira, perguntando se as obras de engenharia serão a melhor solução. Dizia o nosso Governador quando então candidato: "insisto que os recursos de que o Estado de São Paulo dispõe são suficientes para inverter a tendência atual, onde hoje campeia a falta de pudor, a avidez de grupos sem escrúpulos nem consciência social, e a prevaricação frente ao bem público; amanhã imperará a decência, a austeridade, a responsabilidade social e o interesse da população". A colocação do Engº Laranjeira onde se registram preocupações sociais e ambientais foi mais ponderada, mas apoio a proposta do Dr. Macedo, pois me parece mais sensata e sensível. Dr. José Pedro: precisou se ausentar, passando a Presidência da mesa para Dra. Stela. Dr. Júlio Petenucci: o Sistema Cantareira não é uma obra faraônica, o erro foi à antecipação em detrimento de obras mais baratas. Deveria ser iniciado pelo Alto Tietê, mas o Sistema Cantareira é necessário. Com relação à proposta do Dr. Macedo, ela não resolve o problema. Poderão ocorrer novas cheias no próximo ano e a Barragem será galgada novamente, podendo até desaparecer, com gravíssimos problemas para o ecossistema. Dr. Macedo: no caso de manter a Barragem são precisos estudos para ver quais são os riscos. Dr. Osíris: perguntou se houve consonância entre os planos apresentados. Dr. José Pedro: esclareceu que na primeira reunião sobre o Valo Grande ficou decidido que a SOMA traria a proposta de solução definitiva. Dr. Clóvis: a SOMA, através do DAEE, tem a incumbência de equacionar o problema em nível de obras e a postura do Governo e do Planejamento é analisar o problema sob o aspecto mais amplo, onde o plano do DAEE está inserido. Esclarecimentos solicitados: Dr. José Pedro: se a Barragem está reforçada a nível de permitir que possa ser rebaixada à cota-1 no caso de haver galgamento. Dr. Júlio Petenucci: está reforçada em nível de permitir o rebaixamento até a cota-1 e para permitir a pressão da água até o nível máximo de 1,60m. Numa cheia como a de 1983 poderá ser galgada. Dr. José Francisco: 1) se seria uma proposta única da SOMA a construção de vertedouros e eclusa intermitente: solicitou o fornecimento dos dados expostos pelo Dr. Júlio para análise mais acurada. Dr. Júlio Petenucci: a construção de vertedouros com eclusa intermitente é proposta única do DAEE/SOMA. Dr. Fernando Vitor: é impossível dissociar a questão do Cantareira e do Alto Tietê, apoiando as colocações do Dr. Mauro Victor: enquanto se cede à pressão de lobbies imobiliários na proteção dos mananciais metropolitanos, fala-se em obras faraônicas, que possivelmente representam um custo maior que o Cantareira e o Sanegran juntos. A atual orientação de saneamento e recursos hídricos continua a privilegiar a energia, repetindo os mesmos caminhos que levam a reserva de mercado. Randau Marques: a questão do Valo Grande e do Sistema Estuarino Lagunar vem sendo ferida nos últimos anos com insistência muito maior em planos envolvendo quantias brutais; não estará este Colegiado sendo instrumentalizado para que a comunidade mais uma vez arque com um ônus inconcebível? A proposta mais lúcida é a do Dr. Macedo. Dr. Gastão: o galgamento da Barragem formaria o afluxo de água doce. Com a colocação dos vertedouros e eclusa seria impedido esse impacto? Dr. Júlio Petenucci não impedirá a passagem de água doce, apenas permite a versatilidade de soltar água doce

Pág 4 de 5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de maneira a não comprometer a biota daquele ecossistema. Dr. José Pedro: perguntou quanto a segurança da população de Iguape, uma vez que com o galgamento poderá haver risco de rompimento até mesmo da parte reforçada da Barragem. Sugeriu à SOMA que a questão fique solucionada antes do período das próximas chuvas. Dr. Júlio Petenucci: esclareceu que aumentar o nível da Barragem vai provocar mais inundações a montante. Randau Marques: lembrou que teremos um ciclo pluviométrico entre 1986 e 1987. Após a exposição e discussões pelo Plenário, passou-se à votação das seguintes propostas: 1) da SOMA, recomendado a construção de vertedouros como solução técnica desejável para a Barragem do Valo Grande. Proposta empatada. 2) proposta recomendando a manutenção da Barragem e estudos da possibilidade de uso do solo da região inundável, inclusive a desapropriação ou oferta de compra. Aprovada por 13 votos a favor e 3 votos contra. Como adendo à proposta: garantir a segurança total da Barragem antes do período das próximas chuvas, aumentando sua crista. Todos aprovaram. Dr. José Pedro: perguntou se na situação que a Barragem está hoje pode haver ruptura. Dr. Júlio Petenucci: quando se faz uma obra hidráulica existe um limite para segurança. Em casos de chuvas como as que nesses últimos dez anos poderá haver galgamento e rompimento. O reforço foi feito até a cota-1. Antes de passar ao item 2 da pauta, Dr. José Pedro fez um agradecimento em seu nome e em nome do Governo ao trabalho de todos em especial aos membros da sociedade civil. 2) avaliação dos trabalhos do Consem. Dr. José Pedro recebeu e relatou as indicações feitas pelos Senhores Conselheiros sobre os méritos e falhas dos trabalhos do Conselho, e que estão referidos nas linhas anexas a esta Ata. Recebeu autorização dos Conselheiros para agrupar essas indicações por assunto e harmonizar os casos contraditórios. Dr. Fernando Vitor: registrou sua preocupação e a do Conselho com relação a questão do Sistema Cantareira, e com os mananciais que restam em São Paulo. Dr. Sarti: solicitou novamente o relatório sobre Recursos Hídricos da Grande São Paulo, prometido pelo Secretário de Obras após exposição feita pelo Dr. Júlio Petenucci em reunião passada. Solicitou também relatório sobre a questão do Valo Grande, exposta hoje pelo mesmo representante da SOMA. Dr. Elpídio: relatou ter se sentido dignificado em participar do Conselho e que pela primeira vez os Sindicatos Urbanos e todas as Federações se uniram e fizeram defesa do meio ambiente no caso da Praia Grande. Dr. José Pedro: esclareceu que votou em Curitiba a favor das comportas para o Valo Grande e informará à SOMA que, em relação a sua representação junto ao Ceeiguap, houve esta votação passando a ser este o voto do Secretário Executivo que representa o Conselho no Ceeiguap. Na época votou condicionado à discussão de hoje. Solicitou aos Conselheiros que façam as observações e correções das Atas num prazo de quinze dias para que possam ser aprovadas e solicitou que constasse desta Ata voto de louvor pelo trabalho de Dra. Maria Helena Rocha Antuniassi na Câmara Técnica de Educação Ambiental. Agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião. Esta Ata foi lavrada por mim, Mary Cristina de Araújo e Silva, que secretariei a Reunião, e vai por todos assinada.